

Educação profissional no estado do Amapá

Sandra Maria de Jesus Gonçalves¹ 

Conselho Estadual de Educação, Macapá, AP, Brasil

1

Resumo

A pesquisa trata da trajetória educativa e da prática docente de mulheres professoras que lecionam na educação profissional. O objetivo central foi compreender como ocorre o processo de formação educacional e a atuação profissional de professoras dos cursos técnicos de nível médio de quatro centros de educação profissional do município de Macapá. Utilizou-se da pesquisa do tipo qualitativa com intuito de enlaçar as subjetividades do objeto em estudo, as narrativas femininas, e os significados empregados pelas mulheres docentes às suas atuações, considerando suas formações e experiências, ancorada metodologicamente na História Oral Temática. Os relatos das professoras são fonte de impressão histórica, são indicativos para que mudanças ocorram nas implementações de políticas públicas educacionais direcionadas à formação e a atuação docente, cooperando para que o processo de formação para o exercício na educação profissional seja garantido.

Palavras-chave: Narrativas Docentes. Educação Profissional. Mulher Professora. Políticas Públicas. Educação de Mulheres.

Professional education in the state of Amapá

Abstract

The research deals with the educational trajectory and teaching practice of women teachers who teach in professional education. The central objective was to understand how the educational training process occurs and the professional performance of teachers in secondary technical courses at four professional education centers in the city of Macapá. Qualitative research was used with the aim of linking the subjectivities of the object under study, the female narratives, and the meanings employed by women teachers in their actions, considering their training and experiences, methodologically anchored in Thematic Oral History. The teachers' reports are a source of historical impression, they are indicative for changes to occur in the implementation of public educational policies aimed at teaching training and performance, cooperating so that the training process for the exercise in professional education is guaranteed.

Keywords: Teaching narratives. Professional education. Woman teacher. Public policy. Education of women.

1 Introdução

O estudo ora apresentado se constitui em um recorte de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Mestrado profissional em planejamento e políticas públicas da Universidade Estadual do Ceará – UECE, sendo orientada pelo seguinte problema: compreender como ocorre o processo de formação educacional e a atuação profissional de professoras de cursos técnicos de nível médio de quatro centros de educação profissional do município de Macapá.

2

Para isso, traçamos como objetivo geral: compreender como ocorre o processo de formação educacional e a atuação profissional de professoras de cursos técnicos de nível médio de quatro centros de educação profissional do município de Macapá e, os objetivos específicos que nortearam a pesquisa, elencados: 1. Descrever os principais marcos da trajetória histórica da educação profissional no Brasil; 2. Contextualizar a educação profissional no município de Macapá; 3. Problematizar a educação feminina mediante os obstáculos estabelecidos pelos princípios da sociedade patriarcal, bem como o acesso ao mercado de trabalho por intermédio do magistério salientando as possíveis desigualdades de gênero existentes e 4. Analisar as narrativas das mulheres professoras sobre como se processam as trajetórias acadêmicas e as atuações docentes na educação profissional.

A presente pesquisa, com suporte na metodologia da História Oral Temática, elege como objeto de estudo as narrativas femininas de docentes sobre educação profissional, pois percebemos que a História Oral será o fundamento metodológico que possibilitará a impressão histórica, ao contribuir nesse processo de apreensão dos caminhos trilhados pelas mulheres para se chegar ao exercício do magistério.

2 Metodologia

Por admitir o valor da narrativa, das subjetividades de cada humano e os significados conferidos nesse processo, optou-se pela pesquisa qualitativa utilizando-se da História Oral Temática como metodologia, e como procedimento

técnico, entrevistas semiestruturadas, sendo três presenciais e uma de forma online (via *Google Meet*), em virtude do momento pandêmico vivido do Brasil e no mundo.

Quanto ao trabalho com os dados coletados, foi definido a Análise de Conteúdo, configurando-se, assim, em uma Pesquisa de Campo, desenvolvida nos quatro Centros de Educação Profissional do Município de Macapá: Centro de Educação Profissional em Artes Visuais Cândido Portinari, Centro de Educação Profissional em Música Walkíria Lima, Centro de Educação Profissional Graziela Reis de Souza e Centro de Ensino Profissionalizante do Amapá Professora Josinete de Oliveira Barroso.

As entrevistas foram realizadas com quatro mulheres docentes dos quatro centros situados no município de Macapá, capital do estado do Amapá. As quatro professoras entrevistadas foram selecionadas considerando o maior tempo de atuação no respectivo centro em que desenvolvem suas atividades profissionais.

A Análise de Conteúdo Categrorial Temática foi selecionada porque, fez-se necessário, a partir das entrevistas realizadas, definir categorias de análises, uma vez que nas falas das quatro participantes da pesquisa, várias ideias núcleos se repetiam e, tornou-se mais oportuno estabelecer as categorias em blocos temáticos partindo que do falaram as docentes. As grandes categorias recorrentes nas falas das professoras foram as seguintes: a) formação educacional, b) atuação e experiência profissional e c) docência feminina na educação profissional.

3 Resultados e Discussões

3.1 A educação profissional técnica no Amapá

Segundo Silva (2017), até o ano 1944, existiam em todo o Território Federal do Amapá apenas sete escolas, segundo dados fornecidos por Otávio Mendonça, primeiro Diretor do Departamento de Educação. O cenário educacional no período era desanimador por diversos fatores como: as escolas funcionavam em casas e barracas em péssimo estado, o ensino ministrado não passava do 3º ano primário, não se considerava as faixas etárias para a organização das turmas nem a estrutura

pedagógica, sem mencionar que o analfabetismo territorial suplantava alarmante, os números nacionais.

No município de Macapá duas escolas funcionavam regularmente denominadas de Grupo Escolar de Macapá e a Escola Auxiliar de Macapá. De acordo com Silva (2020), o funcionamento era mantido com apoio da comunidade que providenciava a manutenção e os reparos necessários. Ministrava-se um ensino rudimentar, sem estrutura física e pedagógica.

4

A EP iniciou no Amapá com a criação em 1945 de duas escolas voltadas para o exercício técnico que foram a Escola Doméstica Feminina e a Escola Profissional Getúlio Vargas. Desse modo, Silva (2020) cita que na escola destinada às mulheres, o ensino era dedicado a culinária e funcionava com o sistema de internato para as órfãs, e de externo para todas as mulheres que desejassem ter o curso doméstico.

Já na escola masculina visava-se o desenvolvimento da juventude através de conhecimentos que possibilitassem exercer profissões lucrativas. Aos alunos era ensinado português, aritmética, álgebra, geometria, elementos de trigonometria, eletricidade, topografia, física, telegrafia e motores. Após 1965, somado às artes industriais, também ofertava técnicas agrícolas e comerciais e administração para o lar. Até 1972, apenas estudantes do sexo masculino eram matriculados, entretanto, a partir de 1973 não houve mais impedimento para que o sexo feminino também pudesse ingressar nessa instituição de ensino.

Carvalho (2012, p. 65) enumera as escolas existentes no período e cita como foi implantada a Escola Normal no TFA:

Nesse panorama, não é de estranhar que Janary Nunes, após criar a Escola Doméstica de Macapá (1944), que depois se tornou o Ginásio Feminino e hoje E.E. Santana Rioli; o Grupo Escolar Barão do Rio Branco (1945), hoje E.E. Barão do Rio Branco; o Ginásio Amapaense (1947), depois Colégio Amapaense, para os filhos das elites administrativas; a Escola Profissional Professor Getúlio Vargas (depois Escola Industrial de Macapá – Ginásio de Macapá – Escola Integrada de Macapá – hoje, E.E. Antônio Cordeiro Pontes), para os filhos dos operários, bem aos moldes da política educacional do Estado Novo, determinasse o funcionamento do Curso Normal Regional, a base sobre a qual seria criada a Escola Normal de Macapá, ainda que não existisse uma clientela natural, e que fosse

preciso algum estímulo especial da então Divisão de Educação do TFA, para conseguir motivar alunos à matrícula nessa Escola Normal.

A Escola Normal foi criada em 2 de janeiro de 1946 pelo Decreto Lei n.º 8.530, no entanto, ela só foi implantada no TFA em 1949. Assim, o funcionamento do Curso Normal Regional iniciou sem as devidas condições até 1954, intitulada como Escola Normal de Macapá e sua atuação seguiu até 1965, quando foi transformada no Instituto de Educação do Amapá (IETA). Ferreira (2016) faz referência ao que representou a existência do IETA para o contexto vivido.

Segundo Ferreira (2016, p. 110):

A educação pelo exemplo foi a representação instituinte da cultura escolar do IETA, desde a fase do pioneirismo, decalcada da figura do escoteiro desbravador e da “mística do Amapá” do imaginário estadonovista de Janary Nunes, transmutada para o professor como um agente desses ideais, consolidada gradativamente com o sucesso na formação de professores e aumento do prestígio do IETA junto à comunidade, e que chega ao seu ápice nos anos oitenta, entra em crise em meados dos anos noventa, junto com a crise nacional de formação de professores para as séries iniciais do ensino fundamental em todo o Brasil. Essa representação que funcionava como uma regra não escrita, é que definia as práticas escolares no IETA e a formação de novos educadores em serviço, e era mantida viva em cada imagem comum, em cada significado embutida em cada palavra, vivificada quotidianamente na cultura, na linguagem, na fala daqueles que viviam o IETA, professores, alunos, técnicos, serventes, pais, se estendendo até para a comunidade, por meio das atividades da Associação de Pais e Mestres e pela atuação do IETA na interiorização do ensino e em atividades de seus professores e técnicos em outras escolas.

Apesar de o IETA não ser uma escola de educação profissional, ele foi criado para formar professores, capacitar os que já trabalhavam sem formação pedagógica, contribuindo para desenvolvimento local, profissionalizando aqueles que almejavam o magistério como profissão. Conforme Cordão e Moraes (2017) todo conhecimento após o ensino médio visa o exercício profissional, logo, o profissional do magistério também se encaixa nesse processo de educação profissional:

Conforme Cordão e Moraes (2017, p. 77):

A rigor, todos os cursos realizados posteriormente à conclusão do ensino médio (etapa final da educação básica) destinam-se, de uma forma ou de outra, à educação profissional. Podem ser cursos técnicos que exigem o ensino médio como pré-requisito, cursos de graduação (licenciatura, bacharelado ou tecnologia), cursos sequenciais por campos do saber ou cursos e programas de pós-graduação (aperfeiçoamento, especialização, mestrado ou doutorado). Todos esses cursos ou programas têm a formação ou o desenvolvimento profissional com um de seus objetivos centrais. O que supostamente muda é o grau de sofisticação dos conteúdos estudados e das competências esperadas no perfil de conclusão, com variação correspondente na carga horária e nos anos de duração. Portanto, todos esses cursos ou programas devem ser considerados de educação profissional.

Assim, após esse percurso histórico que trouxe para a sociedade amapaense educação como direito social, que atendesse às demandas de formação e modificasse a realidade de escassez que a população viveu em termos educacionais, a educação profissional hoje é uma possibilidade de participação ativa no mercado, através do trabalho e, também, o desenvolvimento intelectual com a continuidade da formação.

A partir desse cenário, conforme o Programa Profissionaliza Amapá (ProfAP), coordenado pelo Núcleo de Educação Profissional (NEP), através da Secretaria de Estado da Educação (SEED), o número de matrículas, ofertadas pelo ProfAP e Novos Caminhos, no segundo semestre de 2021, envolvendo os cursos técnicos, foram de 1.746. Esse quantitativo representa apenas as matrículas efetivadas nos Centros de Educação Profissional (adiante CEP), como mostra o Quadro 2.

Quadro 1 – Matrículas – CEP – Cursos Técnicos -2021

CENTRO	ProfAP Cursos Técnicos	NOVOS CAMINHOS Cursos Técnicos
CEPMWL	85	-
CEGRS	460	70
CEPAJOB	290	-
CCFA	-	-
CEPAVCP	142	-
CCLFDM	-	-
CIFPA	39	30
CEPSMSGs	384	246

TOTAL	1.400	346
Total Geral	1.746	

Fonte: Adaptado pela autora com dados do NEP/SEED/AP

Conforme os dados de matrículas apresentados no quadro 1, apenas dois centros não ofertam cursos técnicos que são o Centro Estadual de Língua e Cultura Francesa Danielle Miterrand (CELCFDM) e o Centro Cultural Franco Amapaense (CCFA), oferecem apenas cursos livres de capacitação e aperfeiçoamento. As matrículas através do ProfAP são realizadas nos demais 6 centros, enquanto pelo Programa Novos Caminhos, somente 3 centros disponibilizam vagas, representando 24,7% em relação ao total ofertado pelo ProfAP.

Quanto ao número de matrículas nos cursos FIC, totalizaram 2.315, considerando somente os centros de educação profissional. Esse quantitativo representa as matrículas através do ProfAP e Novos Caminhos, conforme quadro 3. As matrículas de cursos técnicos e FIC juntos, perfizeram um total de 4.061 alunos atendidos.

Quadro 2 – Matrículas – CEP – Formação Inicial e Continuada – FIC-2021

CENTRO	ProfAP Cursos FIC	NOVOS CAMINHOS Cursos FIC
CEPMWL	325	-
CEGRS	30	30
CEPAJOB	130	160
CCFA	395	-
CEPAVCP	269	80
CCLFDM	803	-
CIFPA	25	-
CEPSMSGs	68	-
TOTAL	2.045	270
Total Geral	2.315	

Fonte: Adaptado pela autora com dados do NEP/SEED/AP

Com relação às matrículas nos cursos FIC, os números revelam que o ProfAP tem alcançado 86,8% da clientela que procura aperfeiçoamento profissional, já os Novos Caminhos somam com 13,2%.

Objetivando contribuir para o fortalecimento da educação básica e a educação profissional como modalidade e, alcançar a Meta 8, do Plano Estadual de

Educação (PEE/AP), que traz: “triplicar as matrículas da Educação Profissional técnica de nível Médio, com pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público, assegurando a qualidade da oferta e a sustentabilidade ambiental”, regulamentado pela lei n. ° 1907/2015, a SEED/AP, através do NEP/AP, busca a aprovação do Programa Profissionaliza Amapá (ProfAP) em uma política pública de Estado para que os 14 municípios do Estado sejam contemplados com a oferta de Cursos Técnicos e de Formação Inicial e Continuada, usando a estratégia das escolas remotas.

Interessa destacar a existência da escola remota, uma estratégia já utilizada pela SEED/AP em parceria com os Centros de Educação Profissional, onde são ofertados cursos para os jovens e adultos, recorrendo à estrutura das escolas existentes nos municípios. O ProfAP não foi regulamentado pela Assembleia Legislativa do Estado, portanto, é um trabalho desenvolvido pela gestão educacional atual, que requer a transformação em lei para que se torne uma política de Estado e os recursos necessários sejam disponibilizados.

Corsetti e Vieira (2015), colaboram nesse debate voltado aos recursos destinados à EP, citando o PRONATEC vinculado a verba específica:

Os recursos repassados pela União ao sistema S a partir de 2011, na ação denominada “Apoio à Formação Profissional, Científica e Tecnológica”, que corresponde ao PRONATEC, confirma a opção desse sistema como o principal ofertante dos cursos de qualificação profissional e de cursos técnicos de nível médio, especialmente subsequente ao ensino médio. A partir de 2013, o governo anunciou a pretensão de estender tais benefícios ao conjunto dos estabelecimentos privados (Corsetti; Vieira, 2015, p. 384).

No Estado do Amapá muitos cursos foram autorizados a funcionar com os recursos advindos do PRONATEC. E quando os valores deixaram de ser repassados, os cursos foram paralisados. O financiamento era endereçado às escolas e aos professores, que poderiam ser contratados sem burocracia e de forma provisória, já que não havia profissionais habilitados no quadro das mantenedoras. E no caso do Sistema S, grande parte do recurso foi destinado ao SENAI e SENAC, onde a transferência de recursos públicos federais nos anos de 2011, 2012 e 2013,

chegou a R\$ 2.094.076.902,00 e R\$ 1.168.700.686,50, respectivamente (Corsetti; Vieira, 2015, p. 384).

A EP não conta com recursos do Estado destinados especificamente para tal modalidade, prejudicando a oferta e a conclusão dos cursos. Consoante o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), os cursos para serem disponibilizados para a comunidade, demandam materiais e laboratórios apropriados para a execução, sem falar na contratação de professores com formação específica, considerando os eixos tecnológicos que cada curso está inserido. Grande parte dos cursos para serem ofertados dependem da realização de estágio supervisionado, exigindo o seguro obrigatório para os estudantes e esse procedimento depende de recurso financeiro.

Nesse contexto, percebe-se que para atingir o objetivo 4 e a Meta 4.3 que faz referência à qualidade da educação, enfatizando que “até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade” - Agenda 2030 da ONU - Dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, muitos obstáculos terão que ser ultrapassados para que a educação seja de fato acessível a todos. Esforços isolados não bastam quando a questão em pauta deve ser tratada como política pública que reclama por compromisso de Estado.

Assim, mesmo que sejam os imperativos legais, a grita pela maleabilidade na oferta da EP e que o mercado imponha suas demandas, para que a ampliação da oferta de vagas de cursos técnicos e formação inicial e continuada efetive-se, faz-se necessário maior aplicabilidade de recursos, fomentando aqueles cursos que já estão em execução e possibilitando a oferta de novos.

Novos Caminhos é um programa do governo federal que por meio do Ministério da Educação e, partindo de diversos estudos e análises referentes a Educação Profissional e Tecnológica, organizou uma série de medidas visando o fortalecimento da política Educacional Profissional e Tecnológica, na busca por dar o devido suporte às instituições de ensino, no que diz respeito aos procedimentos da oferta de cursos que atendam a economia de mercado e que acompanhem as

transformações e inovações processuais nas quais estão inseridas as tecnológicas (Brasil, 2021).

No Estado do Amapá, 6 (seis) municípios têm ofertado cursos através do Programa Novos Caminhos, envolvendo instituições das esferas estadual, privada e federal. Segue os municípios parceiros e as matrículas efetivadas no ano de 2021: Macapá: 2.209, Laranjal do Jari: 820, Oiapoque: 179, Pedra Branca do Amapari: 86, Porto Grande: 383 e Santana: 954.

10

Segundo a coordenação do NEP, em alguns municípios do estado, o Programa é desenvolvido nas instalações das escolas estaduais, são as chamadas escolas remotas, e possibilita a realização dos seguintes cursos: no município de Oiapoque: Escola Estadual Duque de Caxias – Técnico em Administração; município de Tartarugalzinho: Escola Estadual Alzira de Lima Santos – Técnico em Comércio; município de Laranjal do Jari: Escola Estadual Mineko Hayashida – Técnico em Hospedagem e Imagem Pessoal; município de Mazagão: Escola Estadual Dom Pedro I – Técnico em Recursos Pesqueiros; município de Santana: Escola Estadual Igarapé da Fortaleza – Técnico em Recursos Humanos e Escola Estadual Ana Dias da Costa – Técnico em Portos; município de Macapá: CEPAJOB – Técnico em Vendas; CEPGRS - Técnico em Hospedagem e Massoterapia e a Escola Estadual Professor Antônio Munhoz Lopes – Técnico em Imagem Pessoal e Massoterapia.

Os Cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC também são ofertados nesses municípios citados. Os demais municípios não mencionados ainda não são contemplados com a oferta da educação profissional, ficando uma lacuna na vida escolar e profissional de muitos jovens e adultos, tendo em vista que para o ingresso no mercado de trabalho serão necessários conhecimentos específicos e competências técnicas adquiridos formalmente.

3.2 Os centros de educação profissional do Amapá

O Núcleo de Educação Profissional (NEP/SEED) é responsável pela coordenação da Educação Profissional no Estado do Amapá e 08 (oito) centros específicos para a área estão sob sua gerência. Esses centros estão localizados

apenas em 02 (dois) municípios, Macapá com 06 (seis) e Santana com 02 (dois). A oferta dos cursos segue o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disponibilizando Cursos Técnicos de Nível Médio e/ou de Formação Inicial e Continuada (FIC).

Para que os cursos técnicos sejam ofertados necessitam de autorização de funcionamento do órgão regulamentador, no Estado do Amapá o responsável é o Conselho Estadual de Educação (CEE), através da Câmara de Educação Profissional e Educação Superior (CEPES). As instituições públicas encaminham os documentos referentes aos cursos que pretendem ofertar a sua mantenedora que é a Secretaria de Estado da Educação (SEED), que logo após a análise e emissão de parecer técnico, endereça ao CEE/AP, que seja analisado e aprovado ou reprovado. Já instituições privadas, encaminham suas solicitações diretamente ao CEE/AP.

Caso a instituição não seja credenciada, o pedido deverá contemplar credenciamento institucional e autorização de funcionamento para o curso simultaneamente. O curso autorizado após a sua conclusão conduz a diplomação de técnico. Os cursos técnicos podem ser ofertados nas modalidades, concomitante e subsequente ao Ensino Médio

Os cursos FIC não necessitam de autorização para oferta e, os seus certificados devem trazer a especificação de que se trata de curso de atualização, capacitação ou qualificação e não carecem de comprovação de escolarização de nível médio, como acontece com os técnicos.

Vale ressaltar que as Instituições Privadas de Ensino Superior (IPES) também podem ofertar cursos de educação profissional técnica de nível médio desde que habilitadas e autorizadas, mediante proposta apresentada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), junto ao Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC).

Os requisitos estabelecidos no artigo 4º da Portaria MEC nº 1.718, de 2019, devem ser atendidos, conforme o que prevê a Portaria nº 62, de 24 de janeiro de 2020. A Portaria em tela dispõe sobre os procedimentos associados à oferta de cursos técnicos de nível médio por instituições privadas de ensino superior - IPES de que trata a Portaria MEC n.º 1.718, de 2019.

Diante dessas novas formas de enxergar a educação e a escola e estabelecer políticas públicas que contemplem o mercado, Corsetti e Vieira (2015, p. 376) comentam a entrada das instituições privadas nesse cenário.

No rumo das reformulações, ganha espaço a política de transferência de recursos públicos às instituições privadas, permitindo que essas passem a operar com desenvoltura na oferta dos cursos técnicos, em diferentes modalidades. Agem na perspectiva de atender às expectativas das novas formas de acumulação do capital, abrigando, no espaço dos serviços públicos, as atividades privadas.

12

O que fica latente com esse tipo de decisão política é que aquelas ações do período colonial e imperial continuam sendo praticadas em pleno século XXI no Brasil, onde a maneira assistencialista dedicada aos alunos matriculados na EP permanece como a distribuição de bolsas, os diversos tipos de auxílio, dentre eles o de alimentação, transporte e até valores adicionais aos professores recrutados para trabalharem em programas convenientes aos governos.

Segundo a coordenação do ProfAP já está em fase de conclusão a construção de mais um Centro no município de Santana, denominado de Centro de Educação e Formação Profissional em Cultura e Artes (CEFPCA). Ao todo serão 3 (três) centros em Santana.

Os municípios de Macapá e Santana, trabalham com seis e dois centros de educação profissional, respectivamente. Nos demais municípios do Estado, 14 (quatorze), não existem centros com estrutura específica para a oferta dos cursos. Os cursos ofertados nos demais municípios são ministrados nas salas de aula das escolas estaduais, por meio de escolas remotas, do Programa Novos Caminhos e pelo Instituto Federal do Amapá (IFAP), que contribui com a educação no estado, ofertando cursos técnicos.

1. Centro de Educação Profissional Graziela Reis de Souza (CEPGRS)

O objetivo do Centro é atender uma clientela que ansiava por cursos técnicos no eixo tecnológico Ambiente e Saúde e trabalha em parceria com o

Sistema Único de Saúde, qualificando os profissionais da área, por convênios entre a Secretaria de Estado da Educação – SEED e a Secretaria de Saúde.

2. Centro de Educação Profissional em Artes Visuais Cândido Portinari (CEPAVC)

O objetivo do Centro é proporcionar à sociedade formação artística, com uma visão voltada ao mercado local e a estética, uma vez que prima pelo produto regional amazônico, buscando a valorização histórica, cultural e social amapaense. O eixo tecnológico em destaque é Produção Cultural e Design.

3. Centro de Ensino Profissionalizante do Amapá Professora Josinete Oliveira Barroso (CEPAJOB)

O Centro oferta cursos em Turismo, Hospitalidade e Lazer, mas também outros eixos são contemplados como: Ambiente e Saúde, Informação e Comunicação, Gestão e Negócios e Desenvolvimento Educacional e Social. Os cursos FIC também fazem parte da oferta de acesso à comunidade.

4. Centro de Educação Profissional em Música Walkíria Lima (CEPMWL)

O Centro oferta os seguintes cursos técnicos: canto, regência e instrumento musical, pertencentes ao eixo tecnológico: Produção Cultural e Design.

5. Centro Estadual de Língua e Cultura Francesa Danielle Miterrand (CELCFDM)

São ofertados cursos de longa e de curta duração, que vão desde um a cinco semestres, tendo carga horária de 80 a 400 horas. A sua criação foi decisiva para a implantação do francês na rede estadual de ensino, atuando na formação continuada de professores, bem como na capacitação linguística de categorias profissionais que necessitam do idioma no desenvolvimento de suas atividades, promovendo avanço turístico e econômico ao Estado do Amapá.

6. Centro Cultural Franco-Amapaense (CCFA)

Os projetos voltados para a cultura e os cursos não têm custos aos matriculados. Apenas o curso técnico em teatro foi autorizado pelo Conselho Estadual de Educação para funcionar, porém, não o curso não foi ofertado. Atualmente a instituição oferece apenas cursos FIC.

7. Centro de Educação Profissional de Santana Professora Maria Salomé Gomes Sares (CEPSPMGS)

Atendendo aos Eixos Tecnológicos: Infraestrutura (Edificações, Portos); Controle e Processos Industriais (Eletroeletrônica); Gestão e Negócios (Recursos Humanos); Segurança (Segurança do Trabalho); Ambiente e Saúde (Imagem Pessoal, Massoterapia); Informação e Comunicação (Manutenção e Suporte em Informática).

8. Centro Integrado de Formação Profissional em Pesca e Aquicultura do Amapá (CIFPA)

Tem a finalidade de ofertar cursos para a formação e qualificação profissional no Eixo Tecnológico: Recursos Naturais, promovendo a formação tecnológica para o setor pesqueiro do estado. Um dos objetivos do Centro é possibilitar que o acesso ao conhecimento, às informações através das técnicas e tecnologia, alcance as comunidades que trabalham com a pesca, buscando conhecer o meio ambiente e agregando valor e reconhecendo na pesca artesanal, um meio que favorecerá o desenvolvimento da região.

Consoante ao NEP, hoje o quadro de docentes que ministram aulas nos CEP é bem reduzido e conta com 246 professores e professoras, distribuídos nos Ambientes de Aprendizagem e nas Salas de Aula.

4 Considerações finais

No estado do Amapá a educação profissional técnica realiza-se nos oito centros de educação profissional, seis encontram-se no município de Macapá, a capital, e dois, no município de Santana. Os demais municípios, quatorze, não possuem instituição específica para essa modalidade, ainda que seja possível concluir um curso técnico por meio das escolas remotas, onde a estrutura das escolas de ensino médio é utilizada para a realização da educação profissional.

No que concerne a contextualização da educação profissional no estado do Amapá, apenas oito centros, dois no município de Santana e seis na capital, Macapá, tentam suprir a demanda de estudantes. No município de Macapá seis centros ofertam o ensino técnico, voltados para formação inicial e continuada e cursos técnicos de nível médio. Os centros procuram oferecer cursos que tragam conhecimento para os alunos, possibilitem a inserção deles no mercado de trabalho, todavia, não existe recurso específico destinado a essa modalidade, dificultando, assim, a conclusão dos cursos e até a oferta de novos.

Quando surge a oportunidade de cursos de capacitação ou especialização *lato sensu* na área profissional e tecnológica, as vagas são escassas e geralmente faz-se sorteio ou as professoras contempladas para participarem são indicadas pela direção do centro. Essa situação revela-nos que não existe formação para todas e que não há uma política pública de formação para as professoras que exercem a docência em uma modalidade de ensino que requer conhecimentos e saberes específicos, que está diretamente ligada às tecnologias.

Um dos entraves citado pelas mulheres docentes em suas narrativas que dificulta sobremaneira suas práticas docentes, é a falta de recurso material. A educação profissional não tem, no estado do Amapá, recurso próprio destinado às suas atividades de sala de aula, manutenção de laboratórios, aquisição de seguros aos alunos que necessitam de estágio, compra de insumos e até contratação de professores com formações específicas para eixos tecnológicos carentes de profissionais.

Atuar como docente em cursos de nível médio profissional exige uma preparação técnica atualizada em face das exigências do mercado. O desenvolvimento tecnológico busca profissionais que não apenas saibam executar

comandos, mas que, sobretudo, sejam proativos, busquem a lógica da criticidade e o poder de decisão. São elementos-chave no processo de aprendizagem da educação profissional técnica para os quais não há formação docente. Nesse contexto, cabe as professoras conduzir essa construção de conhecimentos cada vez mais direcionada à ocupação laboral por meio do autodidatismo. Assim, ao buscar compreender como ocorre o processo de formação educacional e a atuação profissional de professoras de cursos técnicos de nível médio de quatro centros de educação profissional do município de Macapá, foi constatado que a formação de uma professora acontece ao longo da vida, portanto, não se limita a uma etapa vivencial. A graduação é apenas a formação inicial e que a continuada, como o nome diz, segue em paralelo à atuação profissional e deve ser permanente. É um processo de vida e para a vida, pois a atuação docente depende muito do tipo de formação que a professora consegue construir e fomentar. Atuar na docência de maneira que atenda ao objetivo primeiro do ensino, o qual é a aprendizagem do estudante, é uma arte que requer a movimentação de um cabedal de saberes e que se emprega conforme a especificidade da prática e da competência de quem a desenvolve.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Profissional**. Disponível em: www.gov.br/mec. Acesso em: 02 dez. 2021.

CARVALHO. João Wilson Savino. **Instituto de Educação do Amapá: uma história de educação pelo exemplo**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 218p. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13637>. Acesso em: 25 mar. 2022

CORDÃO, Francisco Aparecido; MORAES, Francisco de. **Educação Profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas**. São Paulo: Ed. Senac, 2017.

CORSETTI, Berenice; VIEIRA, Lúcio Olímpio de Carvalho. Políticas públicas para a educação profissional técnica de nível médio (1996-2013). **RBPAE**, v. 31, n. 2, p. 371- 390, mai./ago. 2015

FERREIRA, Norma-Iracema de Barros (org.). **Interfaces da Educação**: história, política, saberes e práticas para além da fronteira amazônica. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016.

MANSO, Maria Elisa Gonzalez. A Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e o principlialismo bioético. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 9, n. 457, 7 out. 2004. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/5781>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SILVA, Agnaldo Figueira da Rocha. **Os avanços na educação profissional concomitante no Estado do Amapá**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.

SILVA, Maura Leal da. **“O território imaginado”**: Amapá, de Território à autonomia política (1943-1988). 2017. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIS, Universidade de Brasília. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23698/1/2017_MauraLealdaSilva.pdf. Acesso em: 25 mar. 2022.

17

ⁱ **Sandra Maria de Jesus Gonçalves**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7735-9690>:

Governo do Estado do Amapá. Secretaria de Estado da Educação. Conselho Estadual de Educação. Mestra em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amapá. Assessora Técnica no Conselho Estadual de Educação do Amapá.

Contribuição de autoria: pesquisa nas bases de dados, contribuição na elaboração da introdução, elaboração das considerações finais, revisão textual.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0260405426503331>

E-mail: sandracuriau@gmail.com

Editora responsável: Arliene Stephanie Menezes Pereira Pinto

Recebido em 7 de setembro de 2024.

Aceito em 4 de outubro de 2024.

Publicado em 17 de outubro de 2024

Como citar este artigo (ABNT):

GONÇALVES, Sandra Maria de Jesus. Educação profissional no estado do Amapá. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 5, n. 1, 2024.